



CONTEXTO MACROECONÓMICO

2

- 2.1. Economia Mundial
- 2.2. Economia de Angola

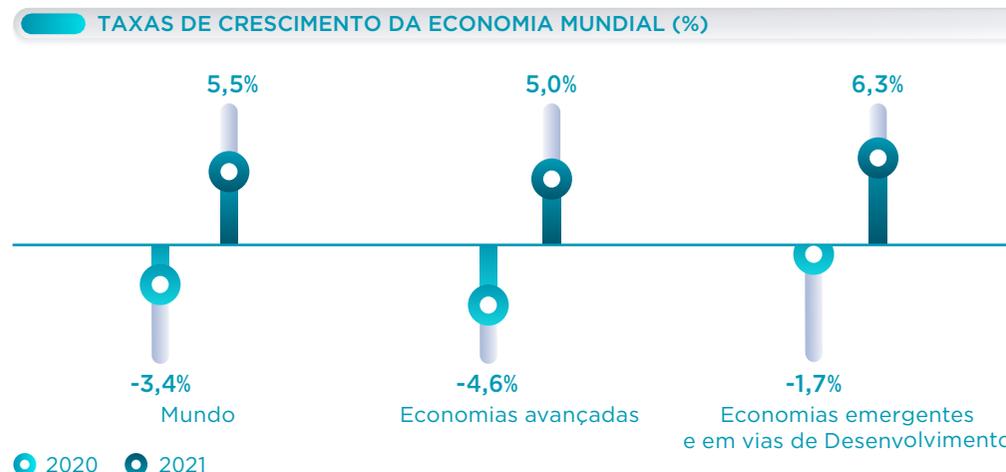


2.1. Economia Mundial

2.1.1. Crescimento económico e desempenho dos mercados

O crescimento económico mundial referente ao ano de 2021 fixou-se em 5,5%, uma recuperação de 8,9 p.p. relativamente ao ano anterior, de acordo com dados do Banco Mundial, no relatório *Global Economic Prospects* (GEP) de Janeiro de 2022. A recuperação reflectiu a moderação das restrições à circulação de pessoas e de bens e a efectivação dos programas de estímulos fiscais e monetários implementados pelos diferentes países entre 2020 e 2021.

Por outro lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a economia mundial tenha crescido 5,9% em 2021, uma recuperação em comparação à contracção de 3,1% de 2020, reflexo dos avanços no processo de vacinação contra a pandemia da Covid-19. No relatório *World Economic Outlook* (WEO), de Janeiro de 2022, o FMI referencia que as disrupções nas transacções comerciais globais contribuíram para a escassez de bens em determinadas regiões e o aumento dos preços dos produtos importados. Segundo a instituição de Bretton Woods, as restrições na oferta tiveram um peso para a redução do Produto Interno Bruto (PIB) mundial entre 0,5 e 1,0 p.p., e para o aumento da inflação em cerca de 1,0 p.p.



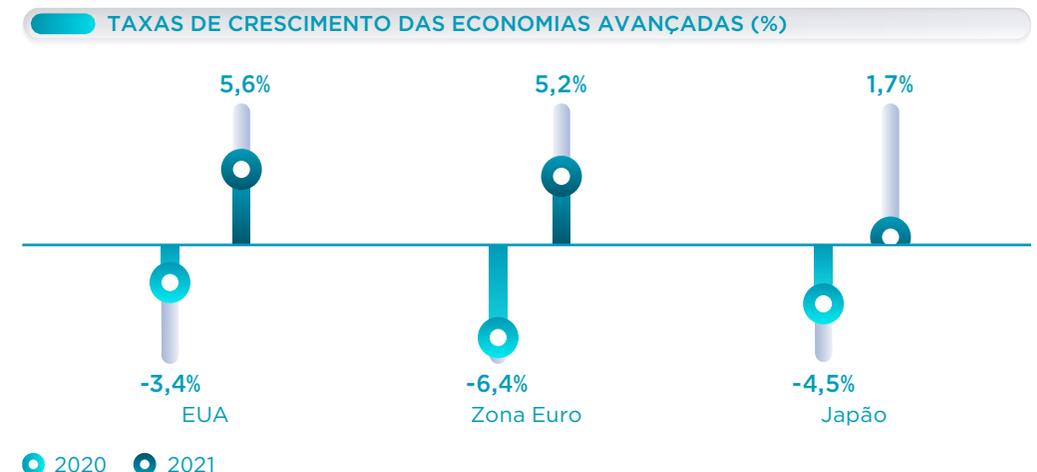
Fonte: Banco Mundial, *Global Economic Prospects*, Janeiro 2022

Relativamente aos mercados financeiros, destaca-se que os preços das *commodities*, com realce para o Brent e WTI, registaram um incremento de 50,15% e 55,01%, durante 2021, ao se situarem em 77,78 USD/barril e 75,21 USD/barril, respectivamente. Por outro lado, os índices bolsistas apresentaram um registo divergente, com o *MSCI World* a aumentar 20,14% e o *MSCI Emerging Markets* a recuar 4,59% ao se fixarem em 3 231,73 pontos e 1 232,01 pontos, respectivamente.

2.1.2. Economias avançadas

O crescimento económico das economias avançadas poderá ter-se fixado em 5,0% em 2021, segundo o *GEP*, do Banco Mundial, uma melhoria quando comparado à contracção de 4,6% apurada em 2020, em consequência da evolução do processo de vacinação contra a Covid-19 e da moderação das restrições à circulação de pessoas e bens.

A trajectória das economias avançadas inclui a contribuição positiva do desempenho económico dos EUA, que durante o período em análise se fixou em 5,6%, uma inversão face à contracção de 3,4% apurada em 2020. Por seu lado, a Zona Euro registou um crescimento económico de 5,2% em 2021, o que compara com a contracção de 6,4% em 2020. À semelhança, o Japão registou uma recuperação da contracção de 4,5% em 2020, ao crescer 1,7% em 2021.

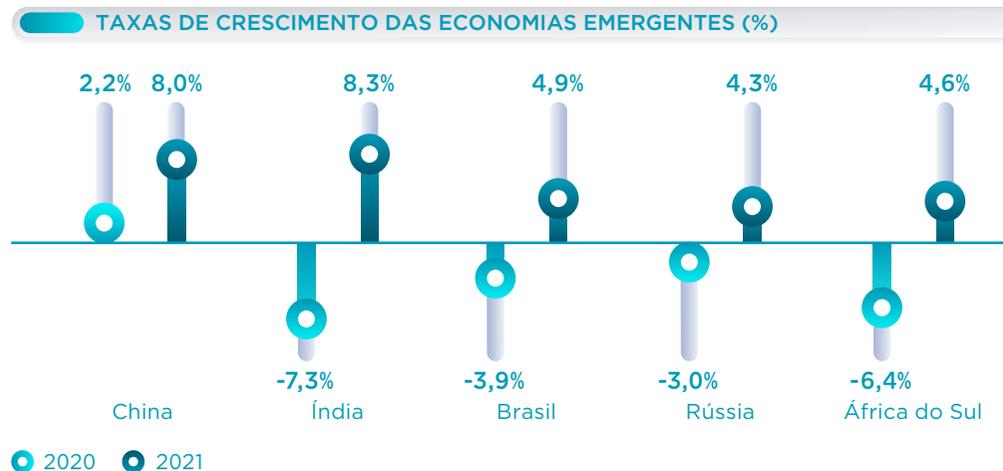


Fonte: Banco Mundial, *Global Economic Prospects*, Janeiro 2022

2.1.3. Economias emergentes e em vias de desenvolvimento

A perspectiva do Banco Mundial aponta para uma expansão do PIB em 6,3%, uma melhoria face à contracção de 1,7% verificada em 2020. O crescimento da Argentina (10,0%), da Turquia (9,5%), da Índia (8,3%) e da China (8,0%) em consequência da trajectória ascendente da cotação internacional das matérias-primas, associada à evolução do processo de vacinação contra a Covid-19, contribuíram para o desempenho positivo.

A trajectória ascendente da cotação internacional das **matérias-primas**, associada à evolução do processo de **vacinação contra a Covid-19**, contribuíram para o crescimento da **Argentina, Turquia, Índia e China**.



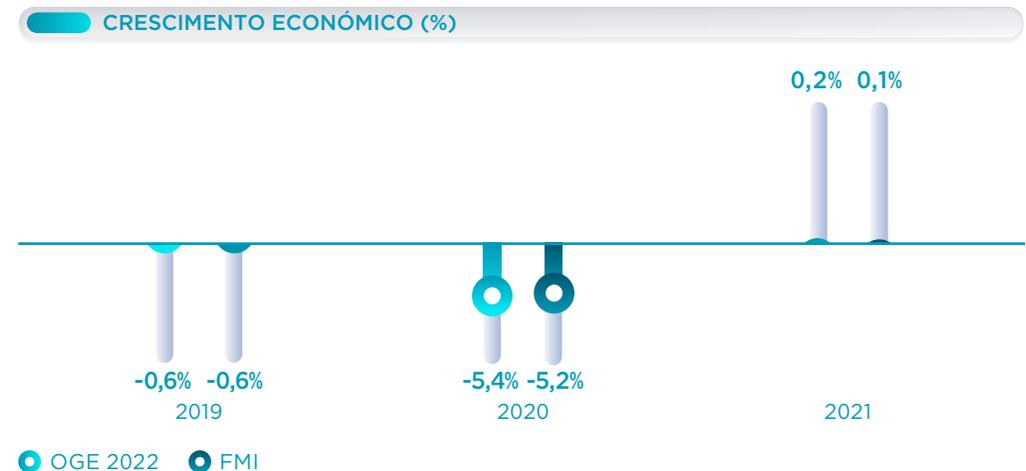
Fonte: Banco Mundial, *Global Economic Prospects*, Janeiro 2022

2.2. Economia de Angola

2.2.1. Crescimento económico

O crescimento económico estimado para 2021 fixou-se em 0,23%, fruto da expansão do crescimento de 5,2% do sector não petrolífero, o que representa uma inversão da trajectória de contracção económica apurada desde 2016, quando declinou 2,6%, segundo projecções do Governo, reflexo da contracção do sector petrolífero em 10,6%, por força da moderação do investimento no sector, e da maturação de poços de produção petrolífera.

Destaca-se que a economia angolana expandiu 0,5% no terceiro trimestre de 2021, o que representa uma aceleração de 3,99 pontos percentuais, face ao período anterior. Em termos homólogos, o PIB cresceu 0,8%, o primeiro registo positivo desde o último trimestre de 2018 quando atingiu 2,4%. A trajectória homóloga reflecte o desempenho dos sectores dos Transportes e Armazenagem (69,8%), Pesca (53,0%) e do Comércio (18,4%). Por outro lado, os sectores de Intermediação Financeira e de Seguros (-36,8%), Extracção e Refino de Petróleo (-11,1%) e da Extracção de Diamantes, Minerais Metálicos e de Outros Minerais não Metálicos (-3,7%) apresentaram um desempenho negativo no período em referência.

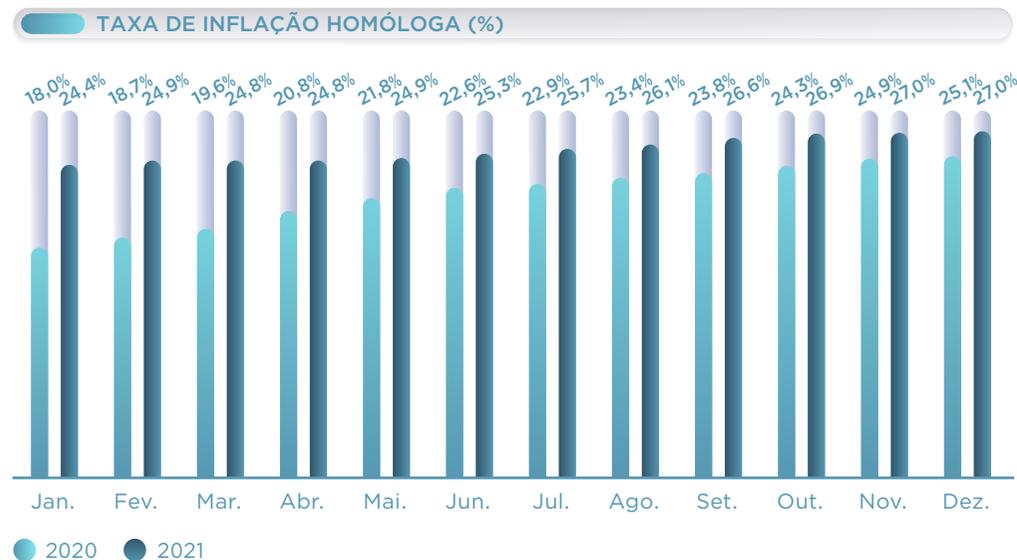


Fonte: OGE 2022; Fundo Monetário Internacional, *Sixth Review under the Extended Fund Facility*

2.2.2. Nível de preços

O nível geral de preços manteve a tendência de aumento em 2021, em consequência das limitações da oferta, influenciadas pela moderação da circulação de pessoas e bens como medida para conter a propagação da Covid-19, o aumento do nível de preços nas economias desenvolvidas – que representam a origem de alguns produtos consumidos no mercado interno –, associadas às condições climáticas desafiantes.

No fecho de 2021, a variação do Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) atingiu 2,10% em termos mensais, o que representa um aumento de 0,6 p.p. em comparação ao registo de Janeiro. As maiores contribuições corresponderam às classes de Alimentação e bebidas não alcoólicas (68,39%), Bens e serviços diversos (6,20%) e Mobiliário, equipamento doméstico e manutenção (5,02%). Em termos homólogos, o IPCN registou um aumento de 27,03% no mês de Dezembro de 2021, um aumento de 1,93 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

2.2.3. Finanças públicas

A trajetória ascendente da cotação internacional do crude, associada ao processo de consolidação fiscal e à moderação das necessidades de concessão de estímulos à economia, contribuíram para o saldo orçamental global positivo em 2021, de 3% do PIB, uma inversão em comparação ao défice de 1,9% do PIB de 2020.

2.2.3.1. Orçamento Geral do Estado

O posicionamento mais restritivo das finanças públicas continuou em 2021, tendo o peso das despesas reduzido de 22,4% do PIB em 2020 para 18,2% do PIB em 2021. As maiores reduções foram verificadas nas despesas correntes, que recuaram de 17,2% para 14,6% do PIB; nas despesas com o pagamento de juros, que reduziram dos 6,7% para 4,7% do PIB; e nas despesas com a remuneração do pessoal, que caíram de 6,0% para 5,0% do PIB.

O desempenho que, em parte, está a ser justificado pela apreciação cambial – fundamentalmente na execução de despesas com os juros da dívida externa, que recuaram de 3,8% para 2,2% – tem reflectido os esforços do Governo com a melhoria da qualidade e eficiência nas despesas públicas.

Por seu lado, as receitas fiscais ascenderam para 21,2% do PIB em 2021, acima dos 20,5% do PIB do período anterior, impulsionadas pelo aumento das receitas petrolíferas de 10,5% previstos no OGE 2020 para 12,2% do PIB no OGE de 2021. Este desempenho foi justificado pelo incremento do preço do barril de petróleo previsto no OGE em 63,43% quando comparado ao ano anterior, tendo subido de 41,3 USD/barril em 2020 para 67,5 USD/barril em 2021. O aumento superou o impacto da queda da produção de petróleo, no período em referência, em 11,06%, tendo passado de 1,271 milhões de barris/dia para 1,130 milhões de barris/dia entre 2020 e 2021.

A participação das receitas fiscais não petrolíferas registou uma redução anual dos 8,7% do PIB em 2020 para 8,0% do PIB em 2021. A mesma tendência foi apurada nas contribuições sociais, que reduziram de 0,9% para 0,7% do PIB entre 2020 e 2021, respectivamente. O desempenho está a ser justificado pelo crescimento nominal das receitas fiscais não petrolíferas, abaixo do crescimento nominal do PIB, numa conjuntura em que se verificaram relevantes captações com as receitas patrimoniais e com o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Balanço fiscal de 2021

(Milhares de kwanzas)

	2020 Preliminar	2021 PME*	% PIB	
			OGE 2020	OGE 2021
RECEITAS	7 054,4	10 475,0	20,5	21,2
Receitas correntes	7 049,5	10 461,9	20,5	21,2
Receitas fiscais	6 605,3	9 975,4	19,2	20,2
Petrolíferas	3 612,3	6 042,7	10,5	12,2
Não petrolíferas	2 993,0	3 932,8	8,7	8,0
Contribuições sociais	320,2	328,0	0,9	0,7
Doações	4,0	1,1	0,0	0,0
Outras receitas	119,9	157,3	0,3	0,3
Receitas de capital	4,9	13,1	0,0	0,0
DESPESAS	7 700,0	8 991,9	22,4	18,2
Despesas correntes	5 927,9	7 217,8	17,2	14,6
Remuneração dos empregados	2 067,3	2 483,6	6,0	5,0
Bens e serviços	965,8	1 512,3	2,8	3,1
Juros	2 299,8	2 327,5	6,7	4,7
Externos	1 291,6	1 107,9	3,8	2,2
Internos	1 008,1	1 132,3	2,9	2,5
Transferências	595,1	894,4	1,7	1,8
Subsídios	47,8	209,8	0,1	0,4
Despesas de capital	1 772,1	1 774,1	5,2	3,6
Saldo global (Receitas-Despesas)	-645,7	1 483,1	-1,9	3,0

Fonte: Relatório de Fundamentação do OGE 2022

* PME - Programação Macroeconómica Executiva

2.2.3.2. Dívida Pública

A dívida pública apresentou um registo inferior a 100% do PIB em 2021, segundo dados adiantados pelo FMI, na quarta revisão do Acordo de Financiamento Ampliado. O processo de apreciação da taxa de câmbio, associado ao incremento do PIB nominal, tem contribuído para a trajectória decrescente da dívida pública. O registo de 2021 poderá ter atingido 95,9% do PIB, que corresponde a uma moderação anual de 39,2 p.p.

A perspectiva de manutenção da trajectória decrescente do endividamento público contribuiu para que a agência de *rating* Moody's melhorasse o *rating* de Angola, do nível Caa1 desde Setembro de 2020, para B3 em Setembro de 2021.



Fonte: FMI - 4.ª Revisão do Acordo de Financiamento Ampliado, Janeiro de 2022

2.2.4. Mercado monetário

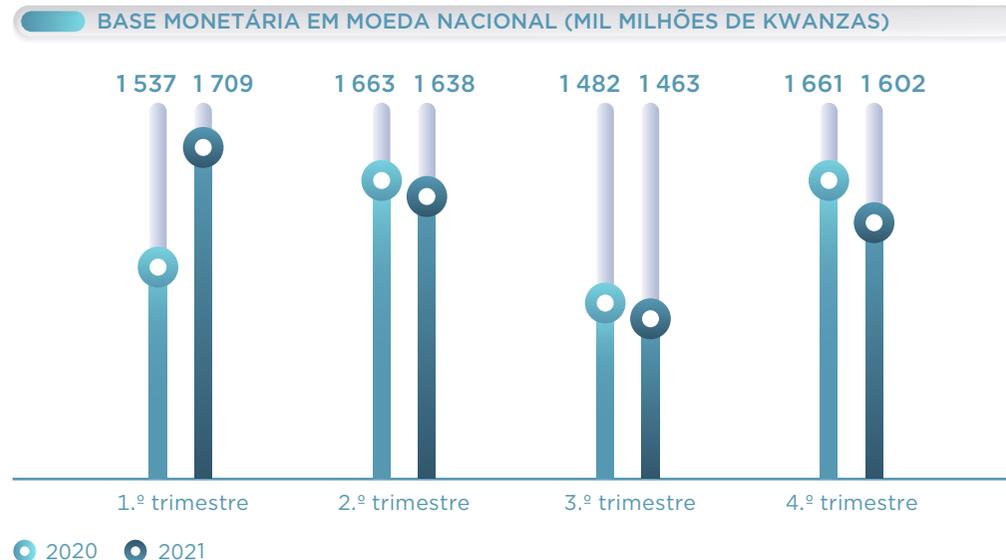
2.2.4.1. Política monetária

O Banco Nacional de Angola (BNA), com o objectivo de diminuir a taxa de inflação, optou por intensificar a política monetária restritiva em 2021. Na reunião de 02 de Julho de 2021, o Comité de Política Monetária decidiu aumentar a taxa de juro de referência (Taxa BNA) em 4,5 p.p., para 20% - o maior nível desde o início da série histórica do BNA, em Dezembro de 2021 -; a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 5,12 p.p., para 25%; a taxa de juro da Facilidade Permanente

de Absorção de Liquidez de 7 dias em 3,0 p.p., para 15%; e manter inalterados, em 22%, os coeficientes das reservas obrigatórias, em moeda nacional e estrangeira.

Na generalidade, no fecho de 2021, os agregados monetários registaram uma contracção, sendo a primeira queda anual desde o início da série histórica do BNA. Saliente-se que entre os três subgrupos dos agregados monetários, o M1 apresentou a maior contracção: 10,10%.

Relativamente à oferta monetária – medida pelo agregado monetário M2 – referencia-se a diminuição anual de 9,50% em 2021, em consequência da redução dos depósitos a prazo em 8,90% e dos depósitos à ordem em 10,86%. O desempenho negativo foi marcado pela apreciação da taxa de câmbio, sendo que os agregados em moeda estrangeira – depósitos à ordem e a prazo – recuaram em 21,77% e 15,87%, respectivamente –, enquanto os depósitos em moeda nacional, de igual tipologia, recuaram e aumentaram em 1,95% e 4,57%, em cada caso. Por seu lado, a Base Monetária em moeda nacional – variável operacional da política monetária do BNA – atingiu 1 602,05 mil milhões de kwanzas em Dezembro de 2021, uma redução anual de 3,56%, a única contracção anual do indicador desde 2018, quando atingiu -10,71%. A diminuição de 2021 espelha, principalmente, a redução das reservas obrigatórias em moeda nacional.



Fonte: BNA

2.2.4.2 Mercado interbancário

As transacções de liquidez entre os bancos comerciais atingiram os 4 010,29 mil milhões de kwanzas em 2021, uma redução anual de 64,84%. Os desafios na captação de recursos, no contexto de baixo crescimento da economia e da manutenção da rentabilidade dos Títulos Públicos, aliados à manutenção da política monetária restritiva, têm justificado a redução no nível transaccionado no mercado.

A tendência de queda dos montantes transaccionados no Mercado Monetário Interbancário (MMI) teve repercussões na evolução das taxas Luibor, que registaram um aumento anual, na generalidade, com o limite superior de 13,10 p.p., a corresponder à taxa Luibor *Overnight*, tendo-se fixado em 18,68% no mês de Dezembro. A variação mínima, de 7,3 p.p., correspondeu à taxa Luibor 6 meses, que atingiu 22,07%.



Fonte: BNA

2.2.5. Mercado cambial

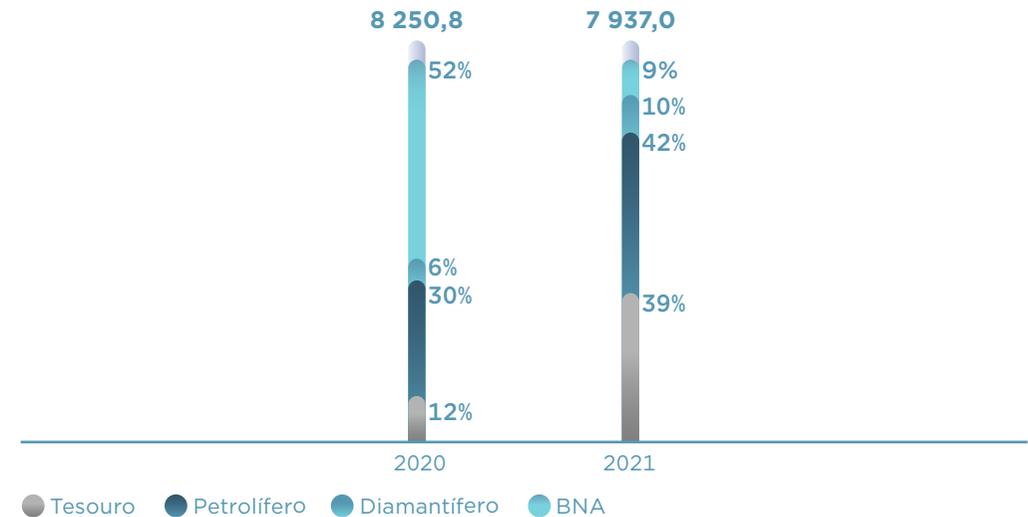
A cotação do Kwanza face ao Dólar norte-americano encerrou 2021 em 554,981 kwanzas por unidade de Dólar, o que representa uma apreciação anual de 17,05%, uma inversão em relação à depreciação de 25,77% verificada em 2020. À semelhança, a cotação face à moeda única europeia fixou-se em USD/AOA 629,015, uma apreciação de 26,93%, o que contrapõe com a depreciação de 32,26% do período anterior.



A trajetória do Kwanza reflecte o aumento da disponibilidade de moeda estrangeira na economia nacional, associado à moderação da procura interna. O primeiro facto é explicado pelo incremento do número de ofertantes de moeda estrangeira e pela melhoria da cotação do crude nos mercados internacionais, o que aumentou os recursos dos *players* ligados ao sector petrolífero. Destaca-se que a oferta total de divisas reduziu 3,80%, para 7 937,03 milhões de dólares, em 2021, com o sector petrolífero a posicionar-se como principal ofertante, sendo responsável por 42% do total vendido.

Adicionalmente, ressalta-se a divulgação do Instrutivo N.º 23/2021 de 29 de Outubro, do BNA, que autoriza as empresas dos sectores da aviação e seguros

VENDA DE DIVISAS (MILHÕES DE DÓLARES)



a negociarem a compra e venda de divisas, por intermédio da plataforma FXGO, da Bloomberg.

Em termos de regulamentação, destaca-se que o BNA publicou o Aviso N.º 12/2021 de 23 de Dezembro, que estabelece o novo limite da posição cambial dos bancos, tendo passado de 2,5% para 5% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). Paralelamente, o Aviso N.º 11/2021 de 23 de Dezembro veio actualizar os procedimentos para a realização de operações cambiais por não residentes cambiais relacionados com: a) o investimento externo em entidades sem acções admitidas à negociação em mercados regulamentares; b) o investimento externo em Valores Mobiliários e Instrumentos Derivados; c) qualquer desinvestimento dos activos referidos nas alíneas anteriores; e, d) os rendimentos provenientes dos investimentos mencionados.

2.2.6. Sector externo

A balança de pagamentos registou um *superavit* de 1 612,6 milhões de dólares no terceiro trimestre de 2021, o primeiro saldo trimestral positivo desde o último trimestre de 2019, quando se fixou em 1 745,1 milhões de dólares. A comparação com o mesmo trimestre de 2020 revela uma melhoria de 1 864,7 milhões de dólares.

O saldo positivo da balança de pagamentos expressa o aumento da conta corrente e da conta de capital e financeira. Referencia-se que a primeira conta registou um aumento homólogo de 1 741,1 milhões de dólares, para 2 294,2 milhões de dólares, e a segunda um aumento de 120,1 milhões de dólares, ao fixar-se em -53,7 milhões de dólares.

Ao nível da conta corrente, a conta de bens apresentou um saldo de 5 494,3 milhões de dólares, um incremento homólogo de 2 656,4 milhões de dólares, reflexo do aumento das exportações (em 3 536,6 milhões de dólares, para 8 737,5 milhões de dólares) e do agravamento das importações (em 880,3 milhões de dólares, para 3 243,1 milhões de dólares). É de sublinhar que o sector petrolífero correspondeu a 93,73% do total das exportações, no terceiro trimestre de 2021. Relativamente às importações, o sector não petrolífero correspondeu a 78,74% do total importado.

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) aumentou 185 milhões de dólares, na variação homóloga, para 1 540,5 milhões de dólares, no período em análise. Este montante ficou abaixo do fluxo de saída, que cresceu 557,9 milhões de dólares, para 2 363,4 milhões de dólares. Em termos líquidos, o IDE reduziu 372,8 milhões de dólares, para um défice de 823,0 milhões de dólares.

As Reservas Internacionais Brutas (RIB) encerraram 2021 em 15 513,43 milhões de dólares, o que representa um incremento de 4,27% face ao ano anterior, permitindo a cobertura de 9,78 meses de importação de bens e serviços. Adicionalmente, as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) fixaram-se em 9 856,47 milhões de dólares, um aumento anual de 12,42%, influenciado pelo incremento na arrecadação de receitas fiscais petrolíferas.

2.2.7. Sector bancário

O activo do sistema bancário fixou-se em 20 520,40 mil milhões de kwanzas no fecho de 2021, o que representa uma redução de 5,54% face a 2020, influenciada pela diminuição dos Títulos de Dívida (-16,99%) e Outros activos (-14,03%) que se fixaram em 6 005,91 mil milhões de kwanzas e 3 916,07 mil milhões de kwanzas, respectivamente. Relativamente ao passivo, os Empréstimos diminuíram 35,49%, tendo-se fixado em 470,93 mil milhões de kwanzas em Dezembro e os Depósitos recuaram 4,04%, para 13 844,65 mil milhões de kwanzas.

A trajectória do balanço dos bancos reflectiu o impacto das restrições à circulação de pessoas e bens, implementadas para o controlo da pandemia da Covid-19, a moderação da liquidez disponível na economia em consequência da política monetária restritiva do BNA e as incertezas relativamente à recuperação da economia.

Os indicadores do sector bancário reflectiram a trajectória do cenário económico do País tendo-se em consideração que a Rentabilidade dos Activos (ROA) deteriorou 3,12 p.p., para 2,21% na análise de Janeiro a Dezembro de 2021 e a Rentabilidade do Capital (ROE) diminuiu 7,97 p.p., para 26,73%. Adicionalmente, o rácio do Crédito malparado aumentou 2,36 p.p., para 20,26%.

Indicadores de solidez do sector bancário

(%)

	Jan. 21	Dez. 21
ADEQUAÇÃO DE CAPITAL		
Rácio de solvabilidade $\geq 10\%$	19,64	23,79
Rácio de solvabilidade $\geq 8,5\%$	17,08	20,63
QUALIDADE DOS ACTIVOS		
Crédito vencido malparado	17,9	20,26
RENTABILIDADE		
ROA	5,33	2,21
ROE	34,7	26,73
Custos totais/Proveitos totais	87,79	81,29
<i>Cost-to-income</i>	40,9	74,26
LIQUIDEZ		
Activos líquidos/Activo total	30,54	35,76
Crédito total/Depósitos totais	33,55	35,87
Passivo ME/Passivo total	53,14	45,54
SENSIBILIDADE E MUTAÇÃO DO MERCADO		
Exposição cambial aberta líquida	51,93	39,56

Fonte: BNA

2.2.8. Mercado de Capitais

O montante de títulos do tesouro vendido pelo Tesouro Nacional atingiu 1 896,32 mil milhões de kwanzas em 2021, o que corresponde a 87,67% do previsto no Plano Anual de Endividamento para 2021 (PAE 2021). Refira-se que a emissão de Bilhetes do Tesouro (BT) atingiu 486,17 mil milhões de kwanzas (cerca de 84,21% do previsto no PAE 2021) e a emissão de Obrigações do Tesouro (OT) fixou-se em 1 410,15 mil milhões de kwanzas (aproximadamente 88,93% do estimado no PAE).

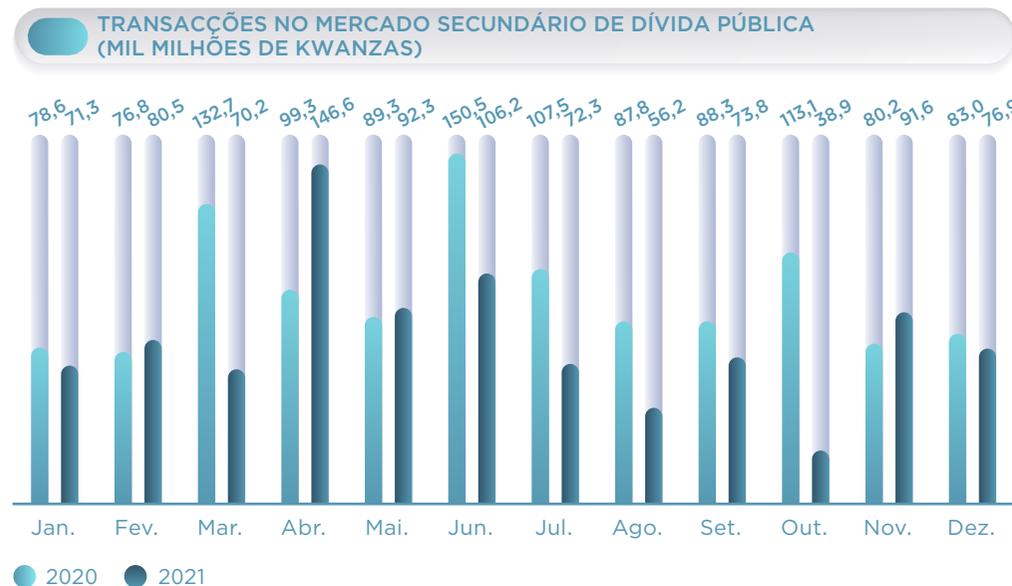
As *yields* médias dos Títulos de Dívida Pública no mercado primário assinalaram uma tendência divergente. É de realçar que a taxa média dos BT na maturidade de 364 dias registou uma redução de 3,67 p.p., para 17,14%, em Dezembro de 2021. Por outro lado, as *yields* das Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis (OT-NR) verificaram um aumento na generalidade das maturidades, com realce para as OT-NR na maturidade de 1,5 anos, que aumentaram 0,10 p.p. ao fixar-se em 23,74%.

O mercado secundário caracterizou-se pela transacção de um montante total de 976,77 mil milhões de kwanzas em 2021, uma redução de 17,71% em comparação

ao ano anterior. A trajectória decrescente das transacções reflecte a restritividade na disponibilidade de liquidez na economia, a correcção dos ganhos assistidos em 2020 em virtude dos estímulos concedidos à economia, fundamentalmente, com a linha de 100 mil milhões de kwanzas disponibilizada pelo BNA para os resgates de títulos de dívida pública, e a manutenção da descontinuidade na emissão de Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio.

Destaca-se que o mercado de acções foi dinamizado com a primeira privatização de um banco público por intermédio de um leilão em bolsa. Este marco deverá representar uma oportunidade para a optimização dos processos de privatização em bolsa previstos no Programa de Privatizações do Governo (PROPRIV).

No mercado internacional, as *yields* dos Eurobonds emitidos por Angola registaram uma redução média de 0,649 p.p., ao fixarem-se entre 7,30% e 9,57%, em 2021. Esta redução reflecte o aumento da cotação internacional do crude e a melhoria da classificação do risco de crédito do País realizada pela agência de *rating* Moody's.



Fonte: BODIVA

A primeira privatização de um banco público por **intermédio de um leilão em bolsa** deverá representar uma oportunidade para a **optimização dos processos** de privatização em bolsa previstos no Programa de Privatizações do Governo (PROPRIV).